



3200
192927

CONTRATO Nº 134/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3212/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2020

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE TIMON**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.410.879/0001-66, doravante designado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **MARCUS VINÍCIUS CABRAL DA SILVA**, brasileiro, casado, RG nº 1.870.775 SSP-PI e CPF 879.120.403-82, residente e domiciliado na Avenida Luís Firmino de Sousa, nº 1237, bairro São Benedito, Timon/MA, e a empresa **A P F DE CARVALHO - ME**, com sede na Rua Coelho de Resende (zona Sul), nº 576, sala B, Centro, Teresina - PI, inscrita no CNPJ sob o nº 09.101.218/0001-07, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela senhora **ANA PAULA FIGUEIREDO DE CARVALHO**, residente na Rua Mário Teodomiro de Carvalho, nº 1190, Planalto Ininga, Teresina - PI, portadora da carteira de identidade nº 335.406 SSP/PI e inscrita no CPF sob o nº 200.860.243-53, firmam o presente **CONTRATO para a contratação de confecção (produção e fornecimento) de material e vestimentas de proteção individual, com e sem personalização, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde**, sujeitando as partes às Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002 que instituiu a modalidade Pregão, Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 055 de 2016 e Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no Edital.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente CONTRATO para a contratação de Confecção (Produção e Fornecimento) de Material e Vestimentas de Proteção Individual, com e sem personalização, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrito no Termo de referência e Especificação dos Itens, Anexos I do Edital do Pregão eletrônico **SRE nº 013/2020**.

1.2. Salvo o que tiver sido expressamente modificado por este instrumento, o objeto ora contratado, será efetuado em conformidade com os documentos a seguir enumerados, os quais, após rubricados pelas partes contratantes, passam a integrá-lo independentemente de transcrição:

- a) Edital de PREGÃO ELETRÔNICO **SRE nº 013/2020** e seus anexos;
- b) Carta Proposta da Contratada;
- c) **Liberação nº 513/2020** – Central de Compras/PMT/MA, transcrita a seguir:

Item	Descrição	Qdade	Pr.unit	Pr. Total
1	Confecção de Máscara Cirúrgica feita em TNT de gramatura 80g/m ² , com medida de 20x19 centímetros com alça reguladora lateral, dupla, atóxica, hipoalergênica, retangular, com prega, assegura a absorção eficiente, embalada em unidades.	41.250	0,36	14.850,00
2	Confecção de Protetor facial 10 polegadas incolor de segurança, com carneira de plástico ajustável e visor transparente incolor medindo 25x32 centímetros, acetato translucido 025, o visor preso à coroa por meio de rebites metálicos.	3.600	12,00	43.200,00
3	Confecção de Avental (Modelo cirúrgico) descartável em TNT (não tecido) gramatura de 80g/m ² , para evitar a contaminação da pele e roupa. 1,20m de altura da parte posterior da peça do decote até a barra inferior, largura de 1,40m., sem emendas, furos, rasgos ou defeitos, com bordas bem acabadas, costurada em máquina overloque, decote redondo, mangas raglan longas. Abertura na parte posterior e fechamento total em traspasse por tiras, localizados na região cervical e abdominal	21.700	5,00	108.500,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4	Confecção de Máscara de Tecido brim (100% algodão) atóxico, cor caqui, modelo anatômica, tamanho único, duas camadas. Acabamento executado em máquina reta, 22cm de largura 14cm de altura central 4,5 de altura nas laterais Duas alças de elástico, com espessura de 7mm e comprimento de 19cm nas laterais da máscara, costurada de cima a baixo na parte frontal formando um bico em direção ao nariz, Tecido duplo (podendo ser usada pelos dois lados), com duas pregas laterais de 1 cm cada	1.300	3,67	4.771,00
5	Confecção de Macacão em nylon de segurança tamanho único de manga comprida, feito em nylon. RESPIRÁVEL, fechamento em zíper com aba protetora, elástico no capuz, cintura, punhos e tornozelos, com tratamento antiestático	24	120,00	2.880,00
6	Confecção de mascara de proteção, de uso não profissional, confeccionada em tecido lavável, devendo cobrir totalmente a boca e o nariz, bem justas ao rosto, sem deixar espaços nas laterais, com 03 camadas, uma macada de tecido não impermeavel da parede frontal, parte em contato com a superfície do rosto. Gramatura de 20-40 g/m ² , atendendo as recomendações da ANVISA. Tamanho Infantil (2 a 6 anos) Personalizada, embaladas individualmente em sacos plasticos transparentes contendo o tamanho indicado.	28.240	3,84	108.441,60
Valor Total				282.642,60

2. CLÁUSULA SEGUNDA – FONTES DE RECURSOS

2.1. Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes do presente **CONTRATO referentes ao Pregão Eletrônico SRE nº 013/2020**, correrão por conta da dotação orçamentária: **Projeto Atividade:** 1705 — Enfrentamento da Emergência Contas Pandemia do Covid-19; **Elemento de Despesa:** 3.3.90.30.00 — Material de Proteção e Segurança, **Fonte de Recursos:** 102-304-Covid-19 União, 102-305-Covid-19 Estado, 102-306-Covid-19 Município, 102-307-Saldo Financeiro LC172.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS

3.1. O preço total estimado do presente contrato é de **R\$ 281.642,60 (duzentos e oitenta e um mil seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos)**, de acordo com a proposta comercial.

3.2. No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive taxas, impostos, embalagens, seguros, licenças e outros custos relacionados ao objeto.

4. CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS

4.1. O prazo de vigência do **CONTRATO**, contados a partir da data de sua assinatura e publicação do seu extrato na imprensa oficial até o dia **31/12/2020**.

4.2. A ordem de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do Pregão, cabendo aos mesmos todos os atos burocráticos indispensáveis para Administração Pública.

4.3. O fornecimento do objeto deverá ser feita conforme o Termo de Referência constante no anexo I do Edital do Pregão eletrônico **SRE nº 013/2020**, respeitando a necessidade do órgão ou ente.

4.3.1. Correrão por conta da Contratada as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do objeto e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para fiscalização caso detectarem alguma irregularidade no fornecimento.

4.4. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou outro documento de identificação oficial do servidor do Órgão Contratante responsável pelo recebimento.

4.5. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

- Referindo-se a especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- b) Referindo-se à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sob pena de rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantendo o preço unitário inicialmente contratado.
- c) Outro prazo poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração.
- 4.6. O objeto do contrato deverá ser recebido conforme determinar a autoridade contratante, conforme seja o caso, com emissão de relatório de execução do objeto na forma contratada, acompanhado da nota fiscal/fatura, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência resumido que integra este Contrato.
- 4.7. Quando rejeitado o objeto no todo ou em parte, a contratada deverá substituí-lo no prazo estabelecido pela Administração, observando todas as condições inicialmente estabelecidas.
- 4.8. Caso seja impossível de serem substituídos os objetos que forem rejeitados, ou na hipótese de não serem executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida a Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- 5.1. As condições para os pagamentos são as constantes no edital da licitação.
- 5.2. Os pagamentos serão efetuados conforme adimplemento da condição, em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias úteis do mês subsequente ao fornecimento dos bens, ou em outro prazo inferior que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela fiscalização e notas de recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS E PIS/PASEP.
- 5.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
- 5.4. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:
- a) A multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e
 - b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo objeto, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 5.5. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo para pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigidas.
- 5.6. A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.
- 5.7. A Contratada terá que apresentar, para pagamento: comprovação de sua regularidade, perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRS), Prova de Regularidade com a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 5.8. O Contratante se reserva o direito de suspender o pagamento se o objeto contratual for prestado em desacordo com as especificações constantes deste Instrumento.
- 5.9. Somente poderá ocorrer o reajuste do valor registrado/contratado quando:
- 5.9.1. Nas hipóteses em que sobrevierem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis para a Administração, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, sempre objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
- 5.10. Para os contratos oriundos da Ata de Registro de Preços se reconhece o direito a reajuste e repactuação, desde que devidamente comprovados, nos termos legais.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6. CLÁUSULA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

6.2. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor do objeto não executado, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

- a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 10 (dez) dias;
- b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 15 (quinze) dias;
- c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual o Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

6.2.1. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada cometer qualquer infração às normas legais Federais, Estadual e Municipal, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

6.2.2. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) Executar objeto em desacordo com o Termo de Referência, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
- b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos ao Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

6.3. ADVERTÊNCIA

6.3.1. A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de Timon, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;
- b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do órgão solicitante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

6.4. SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

6.4.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Timon pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

6.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6.5.1. A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável para o acompanhamento da execução contratual à Administração se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município de Timon, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município de Timon ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

6.5.2. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a Administração, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

6.5.3. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada à Contratada nos casos em que:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
 - c) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de Timon, em virtude de atos ilícitos praticados;
 - d) Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da Administração, em caso de reincidência;
 - e) Apresentar à Administração qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
 - f) Praticar fato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/93.
- 6.6. Independentemente das sanções a que se referem os itens 6.2 e 6.4 da Cláusula VI, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizado:
- a) Civilmente, nos termos do Código Civil;
 - b) Perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
 - c) Criminalmente, na forma da legislação pertinente.
- 6.7. Nenhum pagamento será feito ao executor do objeto que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.
- 6.8. As sanções serão aplicadas pelo titular da Administração, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- 6.9. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1.1. Em cumprimento às suas obrigações, cabe à CONTRATADA, além das obrigações constantes das condições para a execução do objeto e daquelas estabelecidas em lei:
- 7.1.2. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-lo, alterá-lo ou complementá-lo;
- 7.1.3. Atender prontamente às requisições dos **entres contratantes** para o fornecimento dos itens discriminados no Contrato/Termo de Referência.
- 7.1.4. Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato/objeto;
- 7.1.5. Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo do Município de Timon/MA, em decorrência da execução do objeto deste contrato, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- 7.1.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização do Órgão Contratante.
- 7.1.7. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência.
- 7.1.8. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como, comunicar ao Contratante, através do representante ou diretamente quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final do objeto.
- 7.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, entre outras despesas como transporte, embalagens, seguros e entregas relacionados ao objeto.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 8.1.1. Será responsável pela lavratura do respectivo Contrato, com base nas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.1.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato.
- 8.1.3. Emitir a "REQUISIÇÃO" autorizadora do fornecimento contratado.
- 8.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com o estabelecido no Contrato.
- 8.1.5. Fiscalizar a execução do Contrato, através de servidor especialmente designado, conforme dispõe o art. 67 da Lei nº 8.666/93.

9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

- 9.1.A **CONTRATANTE** exercerá a Fiscalização geral do objeto prestados do presente **CONTRATO**, através de servidor **Franklim Anacleudson Ferreira Lima**, CPF nº 726.965.123-68, designado para esta fiscalização conforme portaria nº 03/2019 de 29 de abril de 2019, cabendo à mesma todos os atos burocráticos indispensáveis para Administração Pública.
- 9.2. Fica a Contratada obrigada a permitir e facilitar a qualquer tempo, a Fiscalização do objeto, facultando o livre acesso as instalações da empresa, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa Fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da Contratante.
- 9.3. A Fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicação dos métodos de ensaios pertinentes, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos produtos.
- 9.4. Fica estabelecido que a fiscalização não terá poder para eximir a Contratada de qualquer obrigação prevista neste contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – TRIBUTOS

- 10.1. Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou tributos (impostos, taxas ou contribuição de melhoria), após a assinatura deste contrato, que reflita, comprovadamente, na execução do objeto, facultará às partes a sua revisão, para mais ou para menos, por mútuo e expresse acordo, observada a legislação vigente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOCUMENTOS ANTERIORES E REGISTROS

- 11.1. Em caso de divergência existente entre os documentos integrantes do presente contrato, fica estabelecido que este instrumento prevalecerá como regulador dos objeto ora contratado, substituindo toda e qualquer documentação anteriormente fornecida entre o Contratante e a Contratada.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

- 12.1. A inexecução total ou parcial deste Termo de Contrato ensejará a sua rescisão, na forma dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- 12.2. A Contratada reconhece os direitos do Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.
- 12.3. Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro.
- 12.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

- 13.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

- 14.1. A Contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do estatuída no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Nos casos omissos deverão ser aplicadas as disposições legais da Lei Federal nº 8.666/93.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timon, com renúncia expressa a qualquer outro, para solução de quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Timon (MA), 03 de dezembro de 2020.



MARCUS VINÍCIUS C. DA SILVA
Secretário de Saúde de Timon-MA
Portaria nº 0175/2020-GP
CONTRATANTE



ANA PAULA F. DE CARVALHO
A P F DE CARVALHO – ME
CPF 200.860.243-53
CONTRATADA

Testemunhas:

1. ISRAEL DE QUEIROZ FERREIRA

CPF Nº 600.327.953-27

2. YOSIE FRANCISCA DE SOUZA

CPF Nº 397.765.493-49



e suas Unidades. **Fundamentação:** Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Pregão Presencial nº 012/2020, Liberação nº 511/2020 - Central de Compras/PMT/MA. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde - SEMS. **Contratada:** A P F DE CARVALHO – ME, CNPJ sob o nº 09.101.218/0001-07. **Valor total estimado:** R\$ 14.280,00 (catorze mil duzentos e oitenta reais). **Data de Assinatura:** 03/12/2020. **Vigência:** 31/12/2020.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Contrato nº134/2020 - SEMS. Objeto: contratação de confecção (produção e fornecimento) de material e vestimentas de proteção individual, com e sem personalização, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde. **Fundamentação:** Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Pregão Presencial nº 012/2020, Liberação nº 513/2020 - Central de Compras/PMT/MA. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde - SEMS. **Contratada:** A P F DE CARVALHO – ME, CNPJ sob o nº 09.101.218/0001-07. **Valor total estimado:** R\$ 282.642,60 (duzentos e oitenta e dois mil seiscientos e quarenta e dois reais e sessenta centavos). **Data de Assinatura:** 03/12/2020. **Vigência:** 31/12/2020.

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Termo de Quarto Aditivo ao Contrato nº 042/2019. **Objeto:** prorrogação pelo prazo de 90 (noventa dias) do contrato destinado a Execução dos Serviços de Engenharia de Reforma e Adequação do Hospital Municipal Dr. José Firmino de Sousa. **Fundamentação:** Inciso II, do § 1º do Art. 57, da Lei nº 8.666/93. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde - SEMS. **Contratado:** E C CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 04.502.272/0001-40. **Data de Assinatura:** 13/11/2020.

SEMS



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 60 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Timon Maranhão, em sua 4ª(Quarta) Reunião Ordinária/20, realizada no dia 26 de novembro de 2020, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na rua Eulálio da Costa Nº 560, bairro Parque Piauí, no uso de suas atribuições e competências legais e:

Considerando o disposto na Lei Orgânica da Saúde Nº 8080 de 19 de setembro de 1.990, na Lei Nº 8.142, de 28 de setembro de 1.990 e Lei Municipal Nº 1.121 de 10 de janeiro de 1.997:

RESOLVE:

Art.1º- Appreciar com parecer favorável, o Relatório de Gestão Referente ao 2º Quadrimestre de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de novembro de 2020.

MUNICÍPIO
DE
TIMON:0611
5307000114

Assinado de forma digital por
MUNICÍPIO DE
TIMON:06115307000114
DN: c=BR, st=MA, l=TIMON,
o=ICP-Brasil, ou=Secretaria
da Receita Federal do Brasil -
RFB, ou=RFB e-CNPJ A3,
ou=AR.CCN, cn=MUNICÍPIO
DE TIMON:06115307000114
Dados: 2020.12.04 18:53:03
-03'00'

Prefeitura Municipal de Timon

Luciano Ferreira de Sousa
Prefeito Municipal

João Rodolfo do Rêgo Silva
Vice – Prefeito

Órgão destinado à publicação dos atos
Oficiais do Município

Secretaria Municipal de Governo - SEMGOV
Email: semgov@timon.ma.gov.br

João Batista Lima Pontes
Secretário Municipal

Alberto Carlos da Silva
Assessor Especial Executivo

Agência de Tecn. Ciência e Inovação - ATI
Suporte Técnico



SEINFRA

PORTARIA Nº. 03/2020 - SEINFRA.

Timon-MA, 01 de dezembro de 2020.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA do Município de Timon/MA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 53, da lei Municipal nº 1.892/203,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor MARCELO FRANCISCO DE OLIVEIRA PACHECO, ACESSOR ESPECIAL EXECUTIVO, sem prejuízo das suas atribuições no âmbito da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, para a atribuição de ATESTAR formalmente as notas fiscais referentes as despesas com a Obra da Reforma e Adequação do Hospital José Firmino de Sousa - HPA, conforme Contrato nº 042/2019 e Reforma e Adequação do Prédio onde funcionará o Centro de Atenção Especializada Materno Infantil - CAEMI, conforme Contrato nº 126/2020, no Município de Timon-MA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 3º. Esta Portaria produz efeitos a partir de 01.12.2020.

Art. 4º. Revogam - se as disposições em contrário.

PORTARIA Nº. 04/2020 - SEINFRA.

Timon-MA, 01 de dezembro de 2020.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA do Município de Timon/MA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 53, da lei Municipal nº 1.892/203,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor MARCELO FRANCISCO DE OLIVEIRA PACHECO, ACESSOR ESPECIAL EXECUTIVO, sem prejuízo das suas atribuições no âmbito da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, para a atribuição de ATESTAR formalmente as notas fiscais referentes as despesas com a Obra da Reforma da Escola Educandário Flores, localizado no bairro Flores, zona urbana no Município de Timon-MA, conforme Contrato 002/2020, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 3º. Esta Portaria produz efeitos a partir de 01.12.2020.

Art. 4º. Revogam - se as disposições em contrário.

SEMDHC

Portaria nº 003/2020-SEMDH

Timon (MA), 30 de Novembro de 2020.

DESIGNA SEVIDOR PARA SER RESPONSÁVEL PELA ALIMENTAÇÃO DO SACOP- SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS COMPRAS PÚBLICAS JUNTO AO TCE-MA.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA de Município de Timon-MA, no uso das atribuições, conferidas pelo artigo 53 da Lei Municipal nº 1892/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR ERIKA VIVIAN ASSUNÇÃO ARAÚJO, Assessora Especial da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SEMDHC, sem prejuízo as atribuições anteriores para ser a responsável pela alimentação do SACOP- Sistema de Acompanhamento das Compras Públicas junto ao TCE-MA.

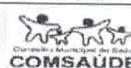
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

RETIFICAÇÃO

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Retifica-se o extrato do Contrato nº 0134/2020 - SEMS, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Timon/MA, Edição - Nº 2001 do dia 04 de dezembro de 2020, cujo objeto é a contratação de Confecção (Produção e Fornecimento) de Material e Vestimentas de Proteção Individual, com e sem personalização, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde. Onde se lê: Pregão Eletrônico nº 012/2020. Leia-se: Pregão Eletrônico nº 013/2020.

SEMS



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 56, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Timon Maranhão, em sua 3ª(Terceira) Reunião ordinária, realizada no dia 24 de setembro de 2020, na quadra de esportes da Fundação Cidadania, localizada à rua 103 Nº 550, bairro Parque União em Timon Maranhão, no uso de suas atribuições e competências legais e;

Considerando o disposto na Lei Orgânica da Saúde Nº 8080 de 19 de setembro de 1.990, na Lei Nº 8.142, de 28 de setembro de 1.990 e Lei Municipal Nº 1.121 de 10 de janeiro de 1.997,

RESOLVE:

Art.1º. Compor a Comissão Especial do Conselho Municipal de Saúde para realizar fiscalizações em todos os órgãos prestadores de serviço de saúde públicos ou conveniados, formada pelos seguintes conselheiros e conselheiras: Maria José Assunção O. Luz, Raimunda Nonata, Luis José da Silva, Reginaldo Silva, Mariza Souza, Elizete Silva Sousa e Francisco de Fátima.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de setembro de 2020.

Plenário do Conselho Municipal de Saúde em 24 de setembro 2020.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Timon, 24 de setembro de 2020.

MARIAN JOSÉ ASSUNÇÃO OLIVEIRA LUZ

Presidente

SEMDH

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO nº 009/2020-CMAS/TIMON-MA

Deliberação sobre prorrogação de mandato dos atuais membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/Timon-MA.